



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Abordagens partilhadas na construção do comum: Contos-relatos de aprendizagens coletivas e territorializadas em Salvador/BA¹

Mariana Ribeiro Pardo

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional na USP

ST-8: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Este artigo tem como objetivo analisar, refletir e mobilizar discussões que partem de abordagens vinculadas a ideia de pensar as políticas de vida em contraposição às estruturas e ações comumente instauradas em territórios e corpos periféricos, que são entendidas, aqui, como “políticas de morte”. A ideia de pensar as políticas da vida e da morte em atravessamento se coloca como uma lupa que auxilia na visualização de processos e abordagens para além do contexto da violência, da precariedade e da urgência nos territórios periféricos. É dizer, acredita-se na potência de criar, visibilizar e compartilhar imagens de vida para afrontar tais políticas de morte. Para tanto, propõe-se, ao longo do texto, a apresentação de contos-relatos de aprendizagens vividas no âmbito da extensão universitária, junto à movimentos sociais e coletivos que atuam em Salvador/BA, e que suscitam a dimensão das potencialidades presentes nos modos compartilhados de pensar, fazer e narrar a cidade, que mesmo não sendo um espaço de unanimidade, pode ser entendido como um espaço comum.

Palavras-chave: Territórios periféricos; Políticas de morte; Políticas de vida; Experiências Urbanas; Aprendizagens Coletivas.

Shared approaches in the construction of the common: experience reports of collective and territorialized learning in Salvador/BA

Abstract. This article aims to analyze, reflect and mobilize discussions that start from approaches linked to the idea of thinking about the politics of life as opposed to the structures and actions commonly established in peripheral territories and bodies, which are understood here as “politics of death”. The idea of thinking about the politics of life and death in crossing over is a magnifying glass that helps visualize processes and approaches beyond the context of violence, precariousness and urgency in peripheral territories. In other words, we believe in the power of creating, making visible, and sharing images of life in order to confront these politics of death. Therefore, we propose, throughout the text, the presentation of short stories of learning experiences in the scope of university extension, with social movements and collectives that operate in Salvador/BA, and that raise the dimension of the potentialities present in the shared ways of thinking, doing and narrating the city, which even not being a unanimous space, can be understood as a common space.

Keywords: Peripheral territories; death policies; life policies; Urban Experiences; Collective Learning.

Enfoques compartidos en la construcción de lo común: relatos de experiencias de aprendizaje colectivo y territorializado en Salvador/BA

Resumen. Este artículo pretende analizar, reflexionar y movilizar discusiones que parten de abordajes vinculados a la idea de pensar las políticas de la vida en contraposición a las estructuras y acciones comúnmente establecidas en los territorios y cuerpos periféricos, entendidas aquí como “políticas de la muerte”. La idea de pensar las políticas de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

la vida y de la muerte en cruce se coloca como una lupa que ayuda a visualizar procesos y abordajes más allá del contexto de violencia, precariedad y urgencia en los territorios periféricos. En otras palabras, creemos en el poder de crear, visibilizar y compartir imágenes de vida para hacer frente a dichas políticas de muerte. Por lo tanto, proponemos, a lo largo del texto, la presentación de breves relatos de experiencias de aprendizaje en el ámbito de la extensión universitaria, con movimientos sociales y colectivos que actúan en Salvador/BA, que plantean la dimensión de las potencialidades presentes en las formas compartidas de pensar, hacer y narrar la ciudad, que aún no siendo un espacio de unanimidad, puede ser entendida como un espacio común.

Palabras clave: territorios periféricos; políticas de muerte; políticas de vida; Experiencias Urbanas; Aprendizaje Colectivo

1. Ponto(s) de partida

Este texto parte de uma construção reflexiva que, até então, se encontrava imersa nas múltiplas camadas presentes em ações e políticas comumente instauradas em territórios e corpos periféricos e racializados, que muito se aproximam do conceito das "políticas de morte" (MBEMBE, 2016; CARNEIRO, 2005). De forma mais circunstanciada, partia da interlocução com espaços urbanos que têm seus cotidianos atravessados por violências e violações de direitos, assim como por ausências e presenças de políticas estrategicamente manejadas para cercar determinadas existências e possibilidades de existir na cidade. Contudo, são também nesses territórios que se verificam arranjos comunitários e redes de cuidado, afeto e sociabilidade que são mobilizadas para garantir a manutenção dessas existências, criando, portanto, políticas de vida que não são necessariamente institucionalizadas.

Em uma tentativa de virar a chave de leitura, propõe-se aqui mobilizar discussões que partem de abordagens vinculadas às políticas de vida e, conseqüentemente, possibilidades de vida nesses espaços. É dizer, se por um lado, a interlocução com sujeitos individuais e coletivos que vivem em territórios periféricos evidenciou a necessidade de dar visibilidade ao tema das políticas de morte no campo dos estudos urbanos, foi também junto à eles que se revelou a potência de direcionar o olhar para os anúncios de vida que se dão entre as estruturas necropolíticas. É uma aposta na possibilidade de criar, visibilizar e compartilhar imagens de vida para afrontar tais políticas de morte (MOUPA; PEREIRA, 2020).

A ideia de pensar as políticas da vida e da morte em atravessamento, se coloca como uma lupa que auxilia na visualização de processos e abordagens para além do contexto da violência, da precariedade e da urgência nos territórios periféricos, que são, em sua maioria, territórios negros. Nesse sentido, é importante pontuar que entende-se por políticas de vida, o conjunto de ações, práticas, experiências, culturas e saberes - institucionalizados ou não - que contribuem para um debate e para uma possível ação política na perspectiva de manutenção dessas existências (PARREIRAS, 2020).

Sobre o tema, Pereira (2019) aborda acerca da importância de

[...] acionar outras dimensões que não apenas da ausência e da precariedade como forma de compreender a viabilização da vida nas cidades, é porque historicamente existem processos de resistência, de organização, de permanência e de viabilização da vida que são constituídas nos territórios negros que não cabem nessas categorias "precariedade", "ausência" ou "escassez". Os territórios negros têm inventado modos de vida de sobreviver as adversidades e essas dimensões talvez sejam mais estruturantes para pensar esses territórios do que só a ausência e a precariedade. Isso não é necessariamente ingênuo ou romântico, acho que tem uma dimensão óbvia de dar conta de várias precariedades existentes e que são estruturais pelo abandono histórico e estrutural desses territórios, mas isso não os reduz. (PEREIRA, 2019, p. 1)

Para uma discussão que está localizada nos estudos das cidades, interessa ainda mais entender e refletir sobre as possibilidades e os modos de vida que os territórios postos à margem tem inventado para sobreviver as adversidades, como cita Pereira (2019). Nesse sentido, é importante

retomar as experiências de pensar, fazer e narrar a cidade que são construídas nesses espaços de forma coletivizada.

Na tentativa de retomar processos de trabalhos coletivos junto a territórios periféricos, notou-se nas experiências do "pensar e fazer de forma partilhada" possibilidades de interpretações materializadas dessas políticas de vida. Olhar para ações e experiências coletivas que se ancoram na prática da partilha, de tornar visível a busca por um comum (que considere as individualidades e subjetividades), pode ser um exercício significativo, que contribui para a construção do pensamento e da ação sobre a cidade, somando e transformando o arcabouço teórico, técnico e metodológico desse campo de atuação. Sobre o tema, Euler Sandeville Jr. (2012), ao olhar para as possibilidades de processos de aprendizagem nas paisagens partilhadas da cidade, sugere que:

A cidade, com suas desigualdades, demanda formas de conhecer-atuar, que exigem o confronto de contribuições teóricas com procedimentos experienciais. O campo em que se dá a experiência é espaço socialmente produzido, mas as relações que se estabelecem exigem sujeitos reais [...] As contradições dos nossos saberes são aquelas engendradas em nosso fazer e vice-versa. Fazer é acessar seletivamente nosso acervo de saberes e transformá-los em ato, dar-lhes novas configurações, torná-los um novo conhecimento, e é nesse sentido que se faz aprendizado. (SANDEVILLE Jr., 2012, p. 93)

É importante ainda situar esses gestos de partilha - de saberes, aprendizados e ações - como algo central na construção do conhecimento, que se dá justamente no acúmulo e no compartilhamento de experiências. Nesse sentido, o partilhar é, em si, um exercício de produção do comum, que, por sua vez, pode ser considerado um ato dotado de caráter político. É justamente essa dimensão da partilha que nos interessa para pensar as políticas de vida nas cidades. No que se refere à este tema, é fundamental mobilizar as discussões incorporadas por Bassani (2012), ao tratar do caráter político da ação partilhada:

Ela (a dimensão política) se apresenta em diversas camadas e em diferentes processos produz subjetividades. Se apresenta antes de qualquer outra, no compartilhar sensibilidades, narrativas e expressões, coloca o indivíduo frente ao seu grupo, comunidade, visibiliza o comum. Em outras palavras, extrai o indivíduo da reação autômata, da passividade de vítima dos enunciados externos a ele e seu lugar na cidade, e o conduz a de sujeito que constrói seu território. (BASSANI, 2012, p. 9)

2. Contos-relatos de aprendizagens coletivas e territorializadas

Na tentativa de atravessar as reflexões acerca das formas do fazer coletivo e dos saberes partilhados, com os territórios e os sujeitos que despertaram para construção destas reflexões, arrisco assumir, a partir daqui, uma escrita menos formal, mas não menos comprometida com o debate proposto. Passo a escrever na primeira pessoa, ocupando um lugar de narração que está diretamente implicado nas partilhas que serão trazidas. Divido, nas próximas páginas, experiências construídas em ações e projetos de extensão universitária que participei, e que de alguma (ou várias) forma(s) me afetaram, mobilizando uma série de questões que acredito valer a pena narrar neste texto. Parto da ideia de que tudo o que nos afeta nos convoca e nos movimenta, mas é aquilo que partilhamos que, justamente, politiza o afeto.

Trago, portanto, três contos-relatos de aprendizagens que terão como fio condutor a ideia expressa nas palavras "aprendendo com", que antecedem todos os contos: (1) Aprendendo com Vilma e Zé Eduardo, fundadores do Acervo da Laje, (2) Aprendendo com as educadoras da Escola Comunitária de Escada, e (3) Aprendendo com as crianças da comunidade da Nova República. É importante dizer que a escolha de trazer esse relatos em forma de contos, e de explorar essa ideia do "aprendendo com", vem de um processo que me vejo implicada agora, em uma temporalidade posterior a todas as experiências vividas nos relatos, onde estou (re)aprendendo a aprender e a

pensar coletivamente, junto ao GeMAP - Grupo de Estudos Mapografias Urbanas², espaço onde tenho me reterritorializado³ enquanto parte de uma universidade engajada nos processos dialógicos da extensão universitária.

2.1 Aprendendo com Vilma e Zé Eduardo, fundadores do Acervo da Laje no Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA.

Fazia um sol forte e esperançoso na Enseada do Cabrito no dia em que conheci Vilma, foi também a primeira vez que atravessei a porta de entrada do Acervo da Laje, um espaço cultural que fica localizado no bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. O Acervo, como é carinhosamente chamado por quem conhece e frequenta o espaço, é lugar de acolhimento, comida e partilha. Uma das primeiras coisas que aprendi com Vilma, que é professora de educação infantil da rede pública de ensino e uma das fundadoras do Acervo, é que ninguém aprende e ninguém pensa de barriga vazia. Ela sempre se preocupa em garantir que qualquer pessoa que chegue aquele espaço saia dali com o corpo e a mente alimentados. Isso diz muito sobre as pessoas com quem ela trabalha, e sobre o público que o Acervo da Laje costuma receber - em sua maioria turmas escolares de territórios periféricos de Salvador.

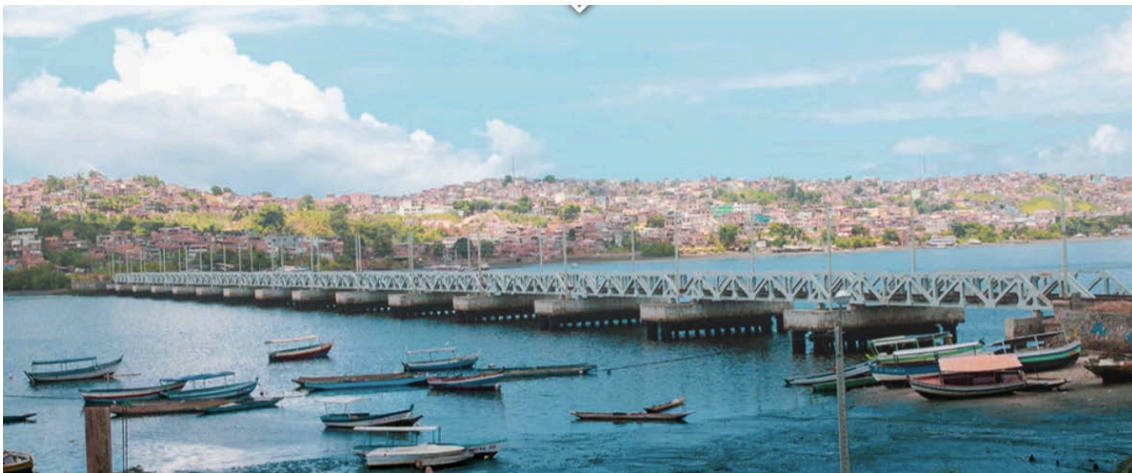


Figura 1. Vista do Acervo da Laje para a Enseada do Cabrito (fonte: Site Oficial do Acervo).

Além de se preocupar com a alimentação, Vilma demonstra, através de sua prática e atuação cotidiana, a importância das experiências vivenciadas e dos conhecimentos compartilhados entre crianças, jovens e adultos naquele espaço cultural. Esse entendimento nos permite mobilizar a ideia de que experiências compartilhadas coletivamente podem modificar e transformar sujeitos - individuais e coletivos -, que a partir disso podem também transformar a ação e o espaço. É justamente esse processo que confere para a prática da experimentação e da partilha um caráter

² O GeMAP - Grupo de Estudos Mapografias Urbanas é um grupo de pesquisa e extensão, coordenado pelo Professor Dr. Jorge Bassani, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). O grupo atua em trabalhos que movimentam teorias e práticas e entende seus estudos como uma conjugação das duas dimensões do conhecimento. Nesse sentido, os projetos em que o GeMAP tem se envolvido, buscam articular e compartilhar saberes, aprendizados e linguagens junto à coletivos, organizações e sujeitos que mobilizam ações sociais, culturais e urbanas em territórios periféricos da cidade de São Paulo.

³ O termo territorialização é usado aqui a partir de sua interpretação enquanto ação, no exercício de "fazer território", de "fazer política" tal como propõem Deleuze e Guattari (1995-1997) em *Mil Platôs*.

político, visto que a experiência, o encontro e a troca sustentam pilares muito importantes na construção do conhecimento.

Vilma é casada com Zé Eduardo, que eu já conhecia de aproximações anteriores na universidade, mas que reconheci de outra forma, agora "de pés fincados no chão", no chão de onde ele sempre referenciava como seu espaço de vida, atuação e pesquisa: o Subúrbio Ferroviário de Salvador. Com ele, pude materializar muito do que escutei e do que li sobre a importância das experiências territorializadas, do processo ensino-aprendizagem que se apóia no campo e que, por fincar raízes, se compromete com o espaço e os sujeitos com os quais dialoga. Zé, que é professor universitário, formado em pedagogia, também aposta na dimensão política da partilha, do comum. É justamente nesta leitura de mundo que grande parte de seus estudos e ações se ancoram, buscando ressignificar trajetórias e memórias de espaços periféricos a partir do compartilhamento de linguagens e estéticas de artistas suburbanos, dialogando com o próprio território, mas também com o "mundo todo".

Quanto mais nos interessamos pelo local, mais somos lançados para o global, pois a relação com o mundo se faz com a fundamentação da nossa identidade e território. [...] estamos aqui para dialogar e compartilhar identidades, sem hierarquias ou comparações, estamos aqui para mostrar o que somos, o que temos e como podemos dialogar, sem perder de vista nossas peculiaridades. Digo isto porque nós precisamos chegar a nossa síntese, à síntese do que somos, temos e vivemos, ou seja, da nossa identidade. (FERREIRA-SANTOS, 2012, p. 5).

Juntos, Vilma e Zé construíram, no último pavimento de sua casa, o Acervo da Laje, que é um espaço de memória artística e cultural sobre o Subúrbio Ferroviário. Entrar no Acervo, que também é afetivamente - e politicamente - chamado de museu-casa-escola, é uma experiência única, parece um labirinto: te dá muitas possibilidades de se perder e se encontrar - mas sempre seguir buscando o caminho. Contudo, ao invés de um única saída, as possibilidades são muitas: peças, obras, livros, azulejos, pedaços concretos daquele lugar historicamente invisibilizado, são (re)montados nas paredes deste espaço cultural, com objetivo de trazer uma nova lente de olhar para aquele território, agora pela perspectiva da beleza e das potencialidades.



Figura 3. Espaço de exposição do Acervo da Laje (fonte: Site Oficial do Acervo).

Aqui, peço licença para fazer um pequeno pulo temporal antes de terminar de contar essa história. Algum tempo depois desses encontros no Acervo da Laje, no trânsito de Salvador para São Paulo, duas pessoas me fazem voltar a pensar sobre a dimensão política, estética e ética dos processos compartilhados: Bassani e Ranciére. Nas linhas que seguem tento costurar um diálogo entre ambos, fujo ligeiramente do que é estabelecido enquanto norma para citações e sugiro uma leitura dos trechos que os entenda como uma sequência única:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2009, p. 15)

Inicialmente destaco o significado duplo da partilha, a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação; o comum se dá pela comunhão das singularidades (como se refere à "parte exclusiva" Guattari em Micropolítica), os sujeitos em processo de subjetividades, próprias e coletivas simultaneamente. (BASSANI, 2012, p. 9)

O importante é ser, neste nível, do recorte sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e de sua disposição, que se coloca a questão da relação estética/política. (RANCIÈRE, 2009, p. 26)

A dimensão política aqui apontada está longe do comportamento reivindicatório ou partidário, me refiro ao político como ação de tornar-se visível e ter voz para expressar a distinção (RANCIÈRE, 2009), política na sua gênese. (BASSANI, 2012, p. 9)

De volta a Salvador: a história com Vilma e Zé não se encerra aqui, esse relato é apenas um recorte para refletir sobre alguns dos aprendizados colhidos nessa relação. Tudo que aprendi sobre "alimentar o corpo", "coletivizar o pensamento" e "fincar os pés no chão" segue comigo, em uma mala que ainda tem espaço para muita bagagem e que é constantemente renovada. Recordar esses encontros, para tecer este conto, me fez lembrar do sol que fazia no dia em que estive no Acervo da Laje pela primeira vez. Não por acaso, se eu pudesse associar uma cor a este dia e a este encontro, seria o mesmo amarelo que associo ao convite que Paulo Freire nos faz para uma esperança ativa, para esperar futuros de forma coletiva.

2.2 Aprendendo com as educadoras da Escola de Comunitária de Escada

"Eu acho que não vamos ter muito com o que trabalhar por aqui". Essa foi a primeira coisa que falei para meu grupo de trabalho quando conhecemos a localidade de Escada, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Na época, em 2018, estávamos ali enquanto um grupo de estudantes de arquitetura e urbanismo para cumprir a demanda de uma disciplina de planejamento urbano e regional que propôs uma aproximação territorial com esse espaço da periferia soteropolitana. Escada era um bairro tranquilo até demais: mal passava gente, mal passava carro, dava até para ouvir as ondas do mar da Baía de Todos os Santos, que se escondia atrás das casinhas da linha férrea.



Figura 3. Linha Férrea da Localidade de Escada (fonte: Autoria Própria).

O desconforto com a quietude no meio da "cidade grande", que no começo parecia dar espaço para uma certa desmotivação, foi o que na verdade mobilizou a nossa equipe para insistir, permanecer e imergir naquele contexto urbano. Estávamos ali abertos para o indeterminado. Havia um trecho de um texto de um arquiteto italiano, lido durante a disciplina, que rondava nossos pensamentos:

É preciso aprender a perder o tempo, a não buscar o caminho mais curto, a deixar-se conduzir pelos eventos, a dirigir-se a estradas impraticáveis onde seja possível "topar", talvez encalhar-se para falar com as pessoas que se encontram ou saber deter-se, esquecendo que se deve agir. Saber chegar ao caminho não intencional, ao caminho indeterminado (CARERI, 2011, p. 243).

Foi por conta do silêncio, das ausências e do caminho não intencional, que ficamos mais atentos aos gestos e nos percebemos estranhos, quase estrangeiros, naquele lugar. Como olhar, "de perto e de dentro" - como propõe Magnani (2002) - quando somos de longe e de fora? Um desafio antropológico que nos levou para conversas em mesas de bar e em janelas nas casas dos curiosos. Uma conversa puxava a outra. Uma pessoa levava a outra. Afetamos e fomos afetados. Naquele momento tínhamos uma aposta e uma postura de fazer da sensibilidade, da abordagem sensível, uma lente de leitura para o planejamento urbano.

Dentre as várias conversas havia um espaço comum que atravessava as narrativas sobre aquele lugar, e que não podíamos deixar de conhecer: a Escola Comunitária de Escada. Assim o fizemos. Logo no primeiro encontro com a escola fomos confrontados pela equipe pedagógica com uma pergunta que diz muito sobre a forma como a universidade às vezes se insere nesses territórios: "Vem cá... vocês querem conhecer a escola, querem nos ouvir, querem pesquisar, mas e depois? O que é que a universidade vai retornar para a gente?"



Figuras 5. Escola Comunitária que fica ao lado da Igreja de Escada (fonte: Autoria Própria).

Trazíamos conosco, enquanto estudantes engajados na extensão universitária, a preocupação de tornar este processo honesto e dialógico, pensando nas possibilidades de construir um trabalho, no contexto dos estudos urbanos, para e com a escola comunitária. Isso significava pensar uma inserção responsável da universidade no campo, atenta às potencialidades existentes no fazer coletivo e nas experiências vividas.

Trata-se de construir processos experimentais e afetivos de aprendizagem, sociabilidade e decisão, em ação [...] Não se pode desprezar as tensões que surgem entre as diversas experiências com a paisagem e a discussão de uma nova inserção da universidade, quer no ensino, quer na produção de conhecimento, com implicações de caráter ético e político no saber e na ação, na aprendizagem. (SANDEVILLE, 2012, p. 92)

Iniciamos um novo mergulho. Junto com as educadoras Preta, Eliana, Jack e Marluce nos debruçamos sobre as articulações entre educação e território, entre escola e cidade. Entendemos, de forma coletiva, que a função pedagógica também se expressava na cidadania, mobilizando ações formadoras de sujeitos cientes de seus direitos e responsabilidades sociais. Naquele momento éramos um corpo coletivo, com muitas mãos para botar na massa e cabeças para inventar possibilidades. Pensamos em construir algo a partir de atividades que já aconteciam na escola, pois a dimensão da continuidade nos importava muito.



Figura 6. Primeiras reuniões com a equipe pedagógica (fonte: Autoria Própria).

Propomos então utilizar o tempo e o espaço do projeto socioeducativo, que acontecia semanalmente com estudantes entre 9 e 15 anos, para realizar um processo de formação e mobilização. Dali em diante outros sujeitos passaram a fazer parte desse corpo coletivo. Em conjunto com Matheus, Ingrid, Lúcio e outros adolescentes engajados nas atividades, discutimos sobre as articulações entre educação e cidade através de cinco eixos - meio ambiente, saúde, mobilidade urbana, cultura e infância -, tendo como ponto de partida o território onde estávamos inseridos.

Estudar e praticar o planejamento urbano e regional na perspectiva educativa permitiu compreender e conferir um sentido mais amplo aos processos educativos/formativos na perspectiva da cidadania, que incorporam subjetividades inerentes à formação do sujeito ativo e participativo no corpo social.

A chamada “formação cidadã” não compete à escola ou à universidade de maneira exclusiva, ou qualquer outra instituição, incluindo a família; possivelmente, na maioria das vezes, as instituições tenham um papel coadjuvante nesta formação. Ela constitui-se num processo complexo de subjetivação, de formação do sujeito, um ente em permanente mutação. [...] Nesta construção de subjetividade que pode conduzir o indivíduo, mesmo antes da emancipação, à participação ativa e construtiva no corpo social, as relações com as coisas e pessoas do cotidiano territorializado é mais incisiva para a formação do cidadão. (BASSANI, 2012, p. 7)

Junto às educadoras da Escola Comunitária de Escada, que muito se inspiram em abordagens freirianas, aprendemos sobre a importância de tornar o processo de aprendizagem um trabalho coletivo. Vivenciamos e reafirmamos, na prática, que ensino e aprendizagem são ações complementares, e que o diálogo e a interlocução são bases fundamentais para a construção do conhecimento. Preta, Eliana, Jack e Marluce nos convidaram a assumir uma posição política e pedagógica em nossos trabalhos - no que estávamos desenvolvendo ali e em todos os outros que

estavam por vir -, que considerasse, na mesma relevância, os saberes e as vivências de todos os sujeitos envolvidos no processo de formação.

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p.15).

2.3 Aprendendo com as crianças da comunidade da Nova República

Era o primeiro dia de atividades na biblioteca comunitária da Nova República, na Região Nordeste de Amaralina, em Salvador. A empolgação e ansiedade para saber como seria aquele momento, se misturavam com o medo de que ninguém aparecesse para contar história. Que nada! Em menos de uma hora, cerca de 15 crianças já estavam circulando curiosas pela biblioteca. Rapidamente quase todo público infantil das redondezas já sabia da novidade. A localização do espaço influenciava nessa dinâmica de fácil aproximação, já que ficava ao lado da praça principal, onde está a quadra, o parque e a associação de moradores.

Esse primeiro encontro foi intenso. Eram muitas questões e perguntas que atravessavam meus pensamentos: O que exatamente eu estava fazendo ali? Como uma arquiteta urbanista em formação poderia dialogar com a infância? Com quais ferramentas? E para que? Uma coisa eu sabia ao certo, minha vontade de trabalhar com esse público não era nova. Olhando para trás e retomando o percurso que construí na universidade, percebo, em quase todos os projetos e ações extensionistas que participei, que crianças sempre atravessaram meus caminhos, me fazendo reinventar qualquer imagem, sonho ou projeção de cidade até então estabelecida. São múltiplas as possibilidades de linguagens, representações e formas de narrar a cidade trazidas por esses sujeitos.

Sobre o tema, o arquiteto e urbanista Igor Queiroz, aborda o caráter educativo dos diálogos com a infância para o campo da arquitetura e urbanismo:

Com efeito, pôr em crise as poucas certezas alcançadas na academia, permite que se abra a mente às possibilidades antes inexploradas, permitindo a ele reinventar tudo: a ideia que se tem de cidade, a definição que se tem de arte e arquitetura, o lugar que se ocupa neste mundo. Ocorre a libertação de convicções postizas e começa-se a recordar que o espaço é uma fantástica invenção com a qual se pode brincar, como as crianças (QUEIROZ, 2015, p. 47)

Foram pouco mais de 9 meses de interlocução e encontros semanais na biblioteca comunitária. Descobrimos, juntos, uma sequência de atividades e ações que permitiram construir uma leitura compartilhada do território em que estávamos inseridos, movimentando questionamentos, experimentando ferramentas e criando elaborações coletivas acerca daquele lugar - e da cidade como um todo. Nessa relação, aprendi que estar em campo, desenvolvendo trabalhos com crianças, implica na valorização das capacidades de reinvenção, flexibilidade e transversalidade, revelando a importância de estar sempre aberto às partilhas e ao imprevisível. As atividades nos levaram a pensar uma agenda urbana para a comunidade que tivesse como interlocução principal a infância, incorporando suas experiências, demandas e desejos, provocando um (ou vários) imaginário(s) de cidades possíveis e acreditando que sonhar a Nova República, através do lúdico e da potência criativa, era também uma aposta de futuro para o lugar.



Figura 7. Atividade na biblioteca comunitária. (fonte: Autoria Própria).

Com essas crianças também aprendi que mobilizar a tríade "sonho, memória e beleza" era uma chave importante para pensar perspectivas possíveis e bonitas de futuro, em lugares que costumam ser lidos através da urgência, da violência e do precário. Muito mais que isso, em conversas generosas, com muitos afetos e poucos filtros, elas compartilharam comigo suas vivências e experiências sobre o lugar onde moravam. E de maneira muito simples transitavam entre o sonho e o real, entre a imaginação e a concretude, sempre comprometidas com a possibilidade e a vontade de transformação do lugar e da vida. Terminei este conto-relato propondo um atravessamento com a história de Vilma e Zé Eduardo, do Acervo da Laje, que foram fundamentais para me fazer pensar o lugar da beleza nos processos construídos de forma compartilhada com a infância:

Ver crianças e jovens se admirando com o belo é uma experiência muito intensa, que pode construir novas possibilidades de inserção da pessoa neste mundo, significando trajetórias e histórias de vida. [...] Por diversas vezes me dei conta de que a memória tem uma força profunda de renovação da realidade, pois quem não conhece o seu passado se torna refém de um presente sem sentido e um futuro sem perspectiva. [...] Construir essa ponte entre o passado, o presente e o futuro e ser uma possibilidade de encontro de crianças, jovens e adultos com uma beleza que pode ressignificar vidas, porque a arte, ou a coisa amada e bela, quando descoberta, pode preencher lacunas e indicar caminhos de vida. (FERREIRA-SANTOS, 2012, p. 3)

3. Costuras finais

Ao longo deste texto buscou-se dar luz a questões e reflexões acerca das possibilidades de abordagens partilhadas de construção do comum que permitem pensar e instituir políticas de vida nas cidades. Para tanto, propôs-se a costura desse exercício reflexivo com contos-relatos de experiências vividas junto a espaços e sujeitos que, cotidianamente, se mobilizam como forma de resistir às políticas de morte implementadas em seus territórios. Pretendeu-se ainda, fazer uma

leitura transversal entre essas duas dimensões das políticas da vida e da morte, como estratégia e possibilidade de enfrentamento.

Ao inverter a prioridade no olhar, não necessariamente a intenção é polarizar essas relações entre resistência e precariedade, entre ausência e inventividade. [...] entender que são processos historicamente constituídos a partir de lutas, de construções de alternativas, de permanência, de viabilização da vida, entender enquanto tecnologia social todas as organizações, todas as práticas coletivas. Compreender também o lugar das dimensões individuais nesses territórios, que não é dual e está muito mais na chave da negociação com o outro, do que propriamente pautar apenas nas resistências ou potências, apenas nas precariedades ou ausências. Eu acho que é entender esse processo enquanto um processo contínuo de negociação para viabilizar a vida. (PEREIRA, 2019, p. 1)

Nesse sentido, destaca-se, ao passar pelas temáticas, reflexões e práticas que compõem este debate, a importância de narrar e compartilhar experiências, estratégias e modos de vida que se contrapõem às injustiças sócio-espaciais estruturantes nos territórios postos à margem. É justamente na partilha que se produz o conhecimento, na fricção das vivências e das práticas com o campo teórico. E é partindo dessa defesa, que acredita-se ser possível pensar em contribuições efetivas que alimentem e informem o campo de estudo e produção das cidades a partir de abordagens que anunciam possibilidades de vida em contraposição às estruturas de morte, fragmentação, medo e insegurança que permeiam a vida urbana contemporânea.

Há ainda um outro aspecto que interessa para fortalecer essa discussão que ficou ainda mais evidente no processo de narrar os contos-relatos aqui trazidos, que é o uso da ficção literária - seja ela ficcionada por completo, ou apenas em partes - como forma de recontar histórias e inseri-las no mundo sob outras perspectivas, sob perspectivas de transformação da realidade. Essa abordagem literária é capaz de, como defende Rancière, "reconfigurar o território do visível, do pensável e do possível, as ficções da arte e da política são, portanto, heterotopias mais do que utopias" (RANCIÈRE, 2009).

Escrever uma história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. [...] A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem ficções, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. (RANCIÈRE, 2009, p. 59)

Por fim, mas sem pretender encerrar a discussão proposta neste texto, provoca-se a uma convocação para incorporar a dimensão do sensível, que está presente nas partilhas e nas experiências relatadas, também no exercício de pensar e produzir cidades. O que implica em assumir abordagens e posturas que levem em conta o caráter educativo, emancipatório e coletivo das cidades, imprimindo novos sentidos que orientem o exercício da cidadania, a exemplo da solidariedade, da afetividade, da sociabilidade. Posturas essas que poderiam contribuir para a garantia das políticas de vida em detrimento das políticas de morte.

4. REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. **A guerra dos lugares**. Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p. 191-203.

BASSANI, J. PDP - **Mapografia**. São Paulo: FAUUSP, 2012

_____. **Mapas para que?** São Paulo: FAUUSP, 2012

CARERI, F. **Transurbância + walkscapes ten years later**. Tradução de Federico Bonaldo. Salvador: Revista Redobra, 2011, p.235-247.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

FERREIRA-SANTOS, J. E. **Artistas Invisíveis da Periferia de Salvador**. Palestra na FACOM/UFBA, 21 de março de 2012. Salvador, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido** [antologia]. Revista de Educação. Lisboa, Portugal, v.7, n.1, 1998.

GUATTARI, F. e ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas – Cartografia do desejo**. Petrópolis, Ed Vozes, 1996

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2002, pp.11-29.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. Revista Arte & Ensaios, n.32, Rio de Janeiro, dezembro 2016, pp.122-151.

PARREIRAS, C. **Políticas da Vida e da Morte: debates introdutórios**. Palestra em 14 de julho de 2020. São Paulo, 2020.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 252p.

_____. Direito à cidade e questões raciais. [Entrevista concedida a] Diana Helene. **Revista Coletiva**, Recife, n. 24, junho de 2019.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed 34, 2009

RUFINO, Luiz. **Encantamento sobre política de vida**. Rio de Janeiro. Editora: Morula, 2020.

SANDEVILLE Jr., E. Paisagens Compartilhadas. **Revista Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo. 2012, pp. 203-214

SANDEVILLE Jr., E. Por pedagogias participantes e criativas na paisagem e no ambiente. **Revista Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo. 2012, pp. 87-106